

AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.518.228 - AL (2019/0162234-2)

RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA
AGRAVANTE : ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORES : SÉRGIO RICARDO FREIRE DE SOUSA PEPEU - AL006137B
HELDER BRAGA ARRUDA JUNIOR E OUTRO(S) - AL011935B
AGRAVADO : HELBER JOSE MENDONCA MEDEIROS
ADVOGADO : JOAO SAPUCAIA DE ARAUJO NETO - AL004658

DECISÃO

Trata-se de agravo interno interposto pelo ESTADO DE ALAGOAS contra decisão do Ministro Presidente desta Corte, às e-STJ fls. 202/203, que conheceu do agravo para não conhecer do recurso especial em razão da ausência de prequestionamento.

A parte agravante alega, em síntese, que não incidem as Súmulas 7, 83 e 182 do STJ e 282 e 284 do STF, repisando as alegações de que o aresto proferido pelo Tribunal de origem indevidamente considerou como líquida a obrigação e fixou o termo inicial dos juros de mora na data do vencimento de cada parcela do adicional de insalubridade, violando diretamente os dispositivos no apelo nobre.

Passo a decidir.

Exerço o juízo de retratação e passo à nova análise do agravo em recurso especial.

Trata-se de agravo em recurso especial apresentado contra decisão que inadmitiu apelo nobre interposto com fundamento no art. 105, III, da Constituição Federal.

Inicialmente, registro que o marco inicial de aplicação do Novo Código de Processo Civil é a intimação do *decisum* recorrido. Assim, nos termos do Enunciado Administrativo 2 desta Corte, "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça".

Impende destacar que não deve ser conhecido o agravo que não ataque especificamente todos os fundamentos da decisão agravada, tanto nos termos do art. 544, § 4º, I, do CPC/1973, quanto nos moldes do art. 932, III, do CPC/2015 e do art. 253, parágrafo único, I, do RISTJ. Confirma-se o teor dos dispositivos citados:

Art. 544. Não admitido o recurso extraordinário ou o recurso especial, caberá agravo nos próprios autos, no prazo de 10 (dez) dias.

[...]

§ 4º No Supremo Tribunal Federal e no Superior Tribunal de Justiça, o julgamento do agravo obedecerá ao disposto no respectivo regimento interno, podendo o relator:

Superior Tribunal de Justiça

I - não conhecer do agravo manifestamente inadmissível ou que não tenha atacado especificamente os fundamentos da decisão agravada. (Grifos acrescidos)

Art. 932. Incumbe ao relator:

[...]

III - não conhecer de recurso inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida; (Grifos acrescidos)

Art. 253. O agravo interposto de decisão que não admitiu o recurso especial obedecerá, no Tribunal de origem, às normas da legislação processual vigente. (Redação dada pela Emenda Regimental n. 16, de 2014)

Parágrafo único. Distribuído o agravo e ouvido, se necessário, o Ministério Público no prazo de cinco dias, o relator poderá: (Redação dada pela Emenda Regimental n. 16, de 2014) 120 Superior Tribunal de Justiça

I - não conhecer do agravo inadmissível, prejudicado ou daquele que não tenha impugnado especificamente todos os fundamentos da decisão recorrida; (Redação dada pela Emenda Regimental n. 22, de 2016) (Grifos acrescidos)

Nesse sentido, *vide*: AgRg no AREsp 834.978/SP, Rel. Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe 19/04/2016; AgInt no AREsp 1.036.445/SP, Rel. Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, julgado em 04/04/2017, DJe 17/04/2017.

In casu, da análise dos autos, verifico que a inadmissão do especial se deu com base na aplicação da Súmula 83 do STJ.

Entretanto, a parte agravante deixou de impugnar específica e adequadamente esse fundamento.

Inadmitido o recurso especial com base na Súmula 83 do STJ, caberia à agravante apontar precedentes **contemporâneos ou supervenientes** ao referido na decisão impugnada, procedendo ao devido cotejo analítico, a fim de demonstrar que a orientação desta Corte não se firmou no sentido do acórdão recorrido, ou, ainda, demonstrar a não subsunção do caso concreto à jurisprudência citada pela decisão de inadmissibilidade, o que não ocorreu na espécie.

Ante o exposto, RECONSIDERO a decisão de e-STJ fls. 202/203 e, com base no art. 253, parágrafo único, I, do RISTJ, NÃO CONHEÇO do agravo em recurso especial.

Caso exista nos autos prévia fixação de honorários sucumbenciais pelas instâncias de origem, majoro, em desfavor da parte recorrente, em 10% (dez por cento) o valor já arbitrado (na origem), nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo, bem como os termos do art. 98, § 3º, do mesmo diploma legal.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator